

tal, um do médio e um do superior), apenas sessenta se interessaram em entrar na Faculdade de Ribeirão em 1972.

Essa redução não anulou, no entanto, as vantagens da nova carreira aberta no magistério. Em Santos, na primeira semana de inscrições, 250 candidatos apresentaram-se para os vestibulares do recém-criado Curso de Educação Moral, Cívica e Problemas Brasileiros (quatrocentas vagas), mesmo com a anuidade prevista de 2 000 cruzeiros. Como assegura o doutor Inezil Penna Marinho, da Faculdade de Educação Física de Santos, à qual o novo curso está vinculado, "os horizontes profissionais ainda são amplos".

Fim da esgravatura

Para os diretores do Centro Acadêmico XI de Agosto, tão entusiasmados com a conquista como interessados em explorá-la em sua plataforma política, foi uma sensacional vitória da gestão-72. Depois de 145 anos de exigência do uso de paletó e gravata para freqüentar as aulas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, entre as solenes arcadas do Largo de São Francisco, em São Paulo, seus alunos conseguiram, afinal, ver proclamada o que chamam, ironicamente, de "abolição da esgravatura".

Para essa abolição bastaram apenas algumas frases curtas, e a imprescindível assinatura de J. Pinto Antunes, diretor da escola — proprietário de uma rica coleção de gravatas italianas e autor dos Estatutos da Faculdade que, em 1937, paradoxalmente, impunham as exigências de que os alunos comparecessem às aulas "convenientemente trajados".



Arcadas, 1972: usa quem quer

Vontade geral — "Essa expressão era dúbia e muitos entenderam que 'convenientemente trajados' significava paletó e gravata", explica Antunes. "Agora eu mesmo dou uma interpretação autêntica à lei que criei." E, definitivamente, liberal: "Ninguém governa contra a vontade geral".

Sem dúvida, parece evidente que essa vontade geral estava sendo sufocada pela obrigação da gravata. Desde 1968 eram explícitas as manifestações dos estudantes contra a exigência, embora a direção da faculdade continuasse preferindo governar contra elas — naquele ano, vários alunos foram impedidos de entrar em aula por não usarem a indelével gravata.

De qualquer modo, os movimentos, pedidos e requerimentos se sucederam. Mas como no caso da outra abolição, a



Gouveia: contra mas a favor



Arcadas, 1970: todos de gravata

"lei Áurea" das arcadas foi precedida de medidas paliativas. E em 1971, a diretoria resolveu permitir que os alunos freqüentassem as aulas de paletó e camisa de gola olímpica. "Só agora, porém, conseguimos dobrar uma exigência que não é feita em parte alguma do mundo, além daqui e de Coimbra", argumenta Antônio Gouveia Júnior, o presidente do XI de Agosto.

Resultado: para muitos de seus cole-

gas, a possibilidade de se despirem da incômoda obrigação acabou provocando, inclusive, insuspeitados efeitos. "É uma sensação de liberdade para o corpo e para o espírito", pontifica Marco Antônio Aparecido, aluno do segundo ano, que trocou o terno cinzento por uma exuberante camisa amarela logo no primeiro dia da libertação. O presidente Gouveia, porém, ao lado dos que já estagiam em escritórios de advocacia e dos empertigados membros da Tradição, Família e Propriedade, será um dos poucos a não se beneficiarem com a medida redentora: "Tenho de usar gravata porque, sabe como é, converso com gente importante".

Obrigado, Pedro I

Saibam os interessados pela história do Brasil que: 1) "As causas da Revolução de 30 foram: 2 milhões de pessoas desempregadas, 4 libras esterlinas passaram a uma, abaixamento estrondoso". 2) "O império perdeu a Província Cisplatina porque dom Pedro II, para agradar ao povo, declarou-a livre. E esse fato desagradou ao Exército". 3) "A Petrobrás e a indústria automobilística levaram dom Pedro I a proclamar a Independência".

Essas surpreendentes descobertas foram comunicadas ao mundo por alguns dos candidatos ao exame vestibular de Museologia deste ano, realizado no Museu Histórico Nacional do Rio. "Teve gente que ficou pensando o tempo todo com o papel na frente, mãos na cabeça", conta o professor Lauryston Guerra, que coordenou as provas. "Mas, no final, não escreveu nada, porque nunca tinha ouvido falar em Transamazônica." Presionado pelo baixíssimo padrão dos vestibulandos, Guerra decidiu enviar um memorial ao ministro Jarbas Passarinho, da Educação, anexando as provas, aparentemente inspiradas nos sambas-enredo de escolas de samba.

Esses lamentáveis resultados apareceram exatamente no momento em que o Conselho Federal de Educação pretende unir o ensino de História e Geografia numa só cadeira: Estudos Sociais. Apesar de todos os problemas, porém, pelo menos no nível médio essa integração já é definitiva: na semana passada, o Conselho a confirmou, em resposta aos apelos da Associação dos Geógrafos do Brasil, seção São Paulo.

De qualquer modo, resta ao ministro a oportunidade de aferir o patriotismo dos candidatos a museólogos, na dissertação sobre a Independência do Brasil, primeira questão do exame: "Parabéns à comissão pela feliz escolha do tema, quando toda a nação vibra com as comemorações do sesquicentenário"; ou "Agradeço a Deus por nos ter dado esse herói que, sem ser brasileiro, nos libertou. Obrigado, Pedro I".